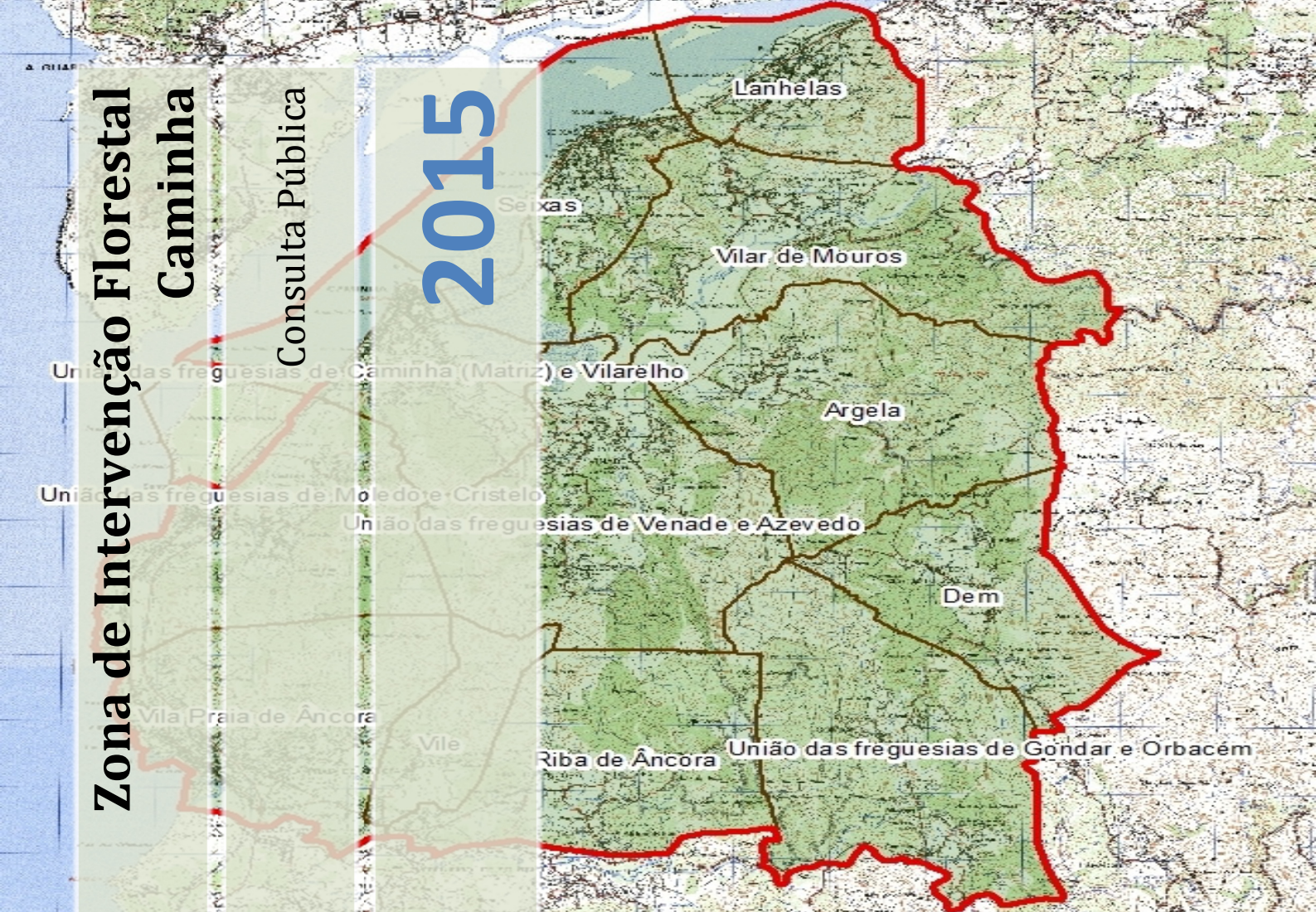


# Zona de Intervenção Florestal Caminha

Consulta Pública

2015



*Consulta Pública (Artigo 8º - Capítulo II - Decreto – Lei n.º 127/2005 de 5 de Agosto com redação dada pelos Decretos – Lei, nº 15/2009, de 14 de janeiro, n.º 02/2011 de 06 de janeiro e n.º 27/2014 de 18 de fevereiro.)*

**Núcleo Fundador**  
20 de julho 2015

## Índice

1 LISTAGEM DOS PROPRIETÁRIOS E PRODUTORES FLORESTAIS QUE ANUÍRAM INTEGRAR A ZIF.....	3
2 INDICAÇÃO DA ENTIDADE GESTORA.....	4
3 CARTA COM A DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DA ZIF E SUA LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	5
4 AUTORIZAÇÃO DO INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P. PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DO CADASTRO OU INVENTÁRIO DA ESTRUTURA DA PROPRIEDADE .....	6
5 PROJETO DE REGULAMENTO INTERNO.....	7
6 ATA DA REUNIÃO DE CONSULTA PRÉVIA VALIDADA PELO INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, i.P.....	17



# 1

## LISTAGEM DOS PROPRIETÁRIOS E PRODUTORES FLORESTAIS QUE ANUÍRAM INTEGRAR A ZIF

- Baldio de Azevedo
- Baldio da Freguesia de Riba de Âncora
- Baldio da Freguesia de Venade
- Guilherme Cesário Lagido Domingos



## 2

### INDICAÇÃO DA ENTIDADE GESTORA

De acordo com a legislação em vigor (Decreto – Lei n.º 127/2005 de 05 de Agosto com a redação dada pelos Decretos – Lei, nº 15/2009, de 14 de janeiro, n.º 2/2011 de 06 de janeiro e n.º 27/2014 de 18 de fevereiro), a entidade gestora das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) é qualquer organização associativa de proprietários e produtores florestais ou outra pessoa coletiva, aprovada pelos proprietários e produtores florestais cujo objeto social inclua a prossecução de atividades diretamente relacionadas com a silvicultura e a gestão e exploração florestais, a atividade agrícola no caso de administração total, bem como a prestação de serviços a elas associados.

Assim, e de acordo com o deliberado pelo Núcleo Fundador da ZIF, é indicada como Entidade Gestora:

#### **Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho**

NIF: 503.820.571

Sede: Av. Miguel Dantas, n.º 69

4930-678 Valença

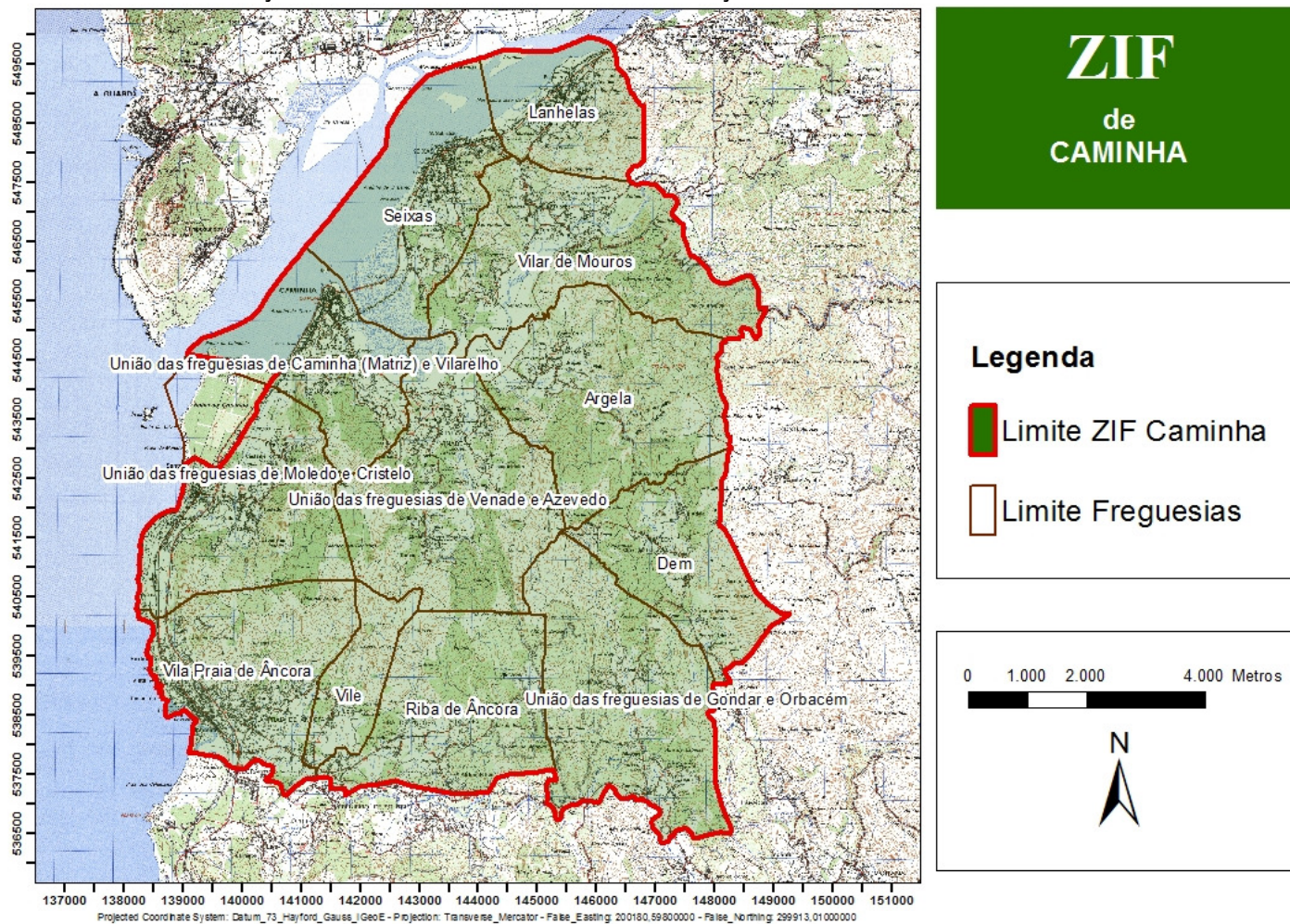
Telefone: 251 800 550

E-mail: geral@valminhoflorestal.com

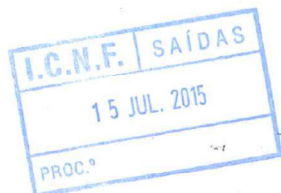




### CARTA COM A DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DA ZIF E SUA LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



**AUTORIZAÇÃO DO INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P. PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DO CADASTRO OU INVENTÁRIO DA ESTRUTURA DA PROPRIEDADE**



Ao  
Núcleo Fundador da ZIF de Caminha  
Avenida Miguel Dantas, n.º 69  
4930-567 VALENÇA

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE  
30-06-2015

NOSSA REFERÊNCIA  
39611/2015/DGPF/DGF

**ASSUNTO** ZIF DE CAMINHA (N.º 288/15) - PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ELABORAÇÃO DE CADASTRO OU DE INVENTÁRIO DA ESTRUTURA DA PROPRIEDADE

Em resposta ao solicitado na carta em epígrafe, vimos comunicar que, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi conferida pelo n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 27/2014, de 18 de fevereiro, é concedida autorização para prorrogação, por um máximo de três anos após a criação da ZIF de Caminha, do prazo para a elaboração dos elementos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º do referido diploma legal.

Com os melhores cumprimentos,

O Vice-presidente do Conselho Diretivo,

João Pinho

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.  
Av. da República, 16, 1050-191 Lisboa, PORTUGAL

TEL 21 350 79 00  
E-MAIL [icnf@icnf.pt](mailto:icnf@icnf.pt) [www.icnf.pt](http://www.icnf.pt)

1/1



## 5

### PROJETO DE REGULAMENTO INTERNO

(De acordo com o Artigo N.º17º., Capítulo III do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelos Decretos-Lei n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro, e 27/2014, de 18 de fevereiro).

#### PREÂMBULO

A Zona de Intervenção Florestal de Caminha é uma área territorial contínua e delimitada, constituída maioritariamente por espaços florestais, submetida a um Plano de Gestão Florestal e a um Plano Específico de Intervenção Florestal e administrada por uma única entidade, regendo-se pelo presente regulamento interno.

#### CAPÍTULO I

##### ARTIGO 1º. - OBJETO

O presente Regulamento Interno é um dos elementos estruturantes previstos no artigo 17º. do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro, e 27/2014, de 18 de fevereiro, no qual se definem os objetivos específicos da Zona de Intervenção Florestal de Caminha e se estabelecem os deveres e direitos dos proprietários e produtores florestais Aderentes e as respetivas regras de funcionamento.

O regulamento interno é aprovado por maioria relativa dos Aderentes presentes na Assembleia Geral de Aderentes legalmente convocada para o efeito.

##### ARTIGO 2º. - ÂMBITO

O Regulamento Interno aplica-se à Zona de Intervenção Floresta de Caminha.

##### ARTIGO 3º. - DEFINIÇÕES

Para efeito deste Regulamento entende-se por:

«Aderentes» os proprietários ou outros produtores florestais da área da ZIF que aderem a esta nos termos previstos no presente regulamento;

«Administração total» o modelo multifuncional em que a Entidade Gestora procede à administração integrada de todas as componentes do sistema agro-silvopastoril, em que a ZIF assume a designação de ZIF de administração total;

«Atividade agrícola» a produção, criação ou cultivo de produtos agrícolas, incluindo a colheita, ordenha, criação de animais ou detenção de animais para fins de produção, ou a manutenção das terras em boas condições agrícolas e ambientais;

«Baldios» os terrenos possuídos e geridos por comunidades locais, como tal definidos em diploma próprio;

«Dados biométricos», dados relativos a altura, volume, dap, entre outros de forma a recolher dados para o cálculo de volume de árvores;

«Elementos estruturantes da ZIF» Inclui os seguintes documentos: Regulamento interno, Plano de Gestão Florestal, Plano Específico de Intervenção Florestal; Inventário da Estrutura da Propriedade, Carta com delimitação territorial na escala 1:25000 referenciada à carta militar e Relação dos proprietários e produtores florestais Aderentes.

«Entidade Gestora da ZIF» qualquer organização associativa de proprietários e produtores florestais ou outra pessoa coletiva, aprovada pelos proprietários e produtores florestais, cujo objeto social inclua a prossecução de atividades diretamente relacionadas com a silvicultura e a gestão e exploração florestais, e a atividade agrícola no caso de administração total, bem como a prestação de serviços a elas associadas;

«Espaços florestais» os terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, segundo os critérios definidos no Inventário Florestal Nacional;



«Exploração florestal e agro-florestal» o prédio ou conjunto de prédios ocupados, total ou parcialmente, por espaços florestais, pertencentes a um ou mais proprietários e que estão submetidos a uma gestão única;

«Floresta» os terrenos ocupados com povoamentos florestais, áreas ardidas de povoamentos florestais, áreas de corte raso de povoamentos florestais e, ainda, outras áreas arborizadas;

«Fundo Comum» receitas destinadas a financiar ações geradoras de benefícios comuns e de apoio aos proprietários e outros produtores florestais Aderentes, provenientes, nomeadamente, das contribuições financeiras dos proprietários e produtores florestais Aderentes, bem como os prémios, incentivos e outras receitas que lhes sejam atribuídos nos termos da lei e das condições definidas no presente regulamento interno,

«Gestão direta» a gestão pelo produtor ou proprietário florestal ou pelo Órgão de administração de baldios;

«Inventário da estrutura da propriedade» a representação cartográfica dos prédios e identificação dos respetivos titulares na área dos Aderentes à escala adequada, de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela entidade competente nesta matéria;

«Infraestruturas coletivas de interesse comum» Infraestruturas, tais como as integrantes da rede viária, rede divisional, rede de pontos de água, rede de vigilância, ou outras, que sirvam os interesses comuns dos Aderentes à ZIF.

«Núcleo fundador» os proprietários ou produtores florestais detentores de um conjunto de prédios rústicos, constituídos maioritariamente por espaços florestais, com uma área territorial contínua ou contígua de pelo menos 5% da área proposta para a ZIF;

«Operações silvícolas mínimas», intervenções com carácter de impedir que se elevem a níveis críticos o risco de ocorrência de incêndio, bem como aquelas que visem impedir a disseminação de pragas e doenças;

«Plano Específico de Intervenção Florestal» ou «PEIF» o instrumento como tal definido na lei que aplica os princípios e orientações constantes no PROF e nos planos e programas de defesa da floresta contra agentes bióticos e abióticos e tem carácter obrigatório;

«Plano de Gestão Florestal» ou «PGF» o instrumento como tal definido na legislação em vigor, que aplica as orientações constantes no PROF, incorpora os princípios desenvolvidos no PEIF, respeita o instrumentos de ordenamento e sectoriais relevantes, bem como os interesses dos Aderentes à ZIF que, obrigatoriamente, o subscvem e aplicam;

«Proprietários ou outros produtores florestais» os proprietários, usufrutuários, superficiários, arrendatários ou quem, a qualquer título, for possuidor ou detenha a administração dos terrenos que integram os espaços florestais;

«Rede de compartimentação» o conjunto das redes viária, de infraestruturas e de linhas e planos de água ou de qualquer modificação estrutural do território, do seu uso ou da tipologia da vegetação que permite identificar áreas bem delimitadas;

«Zona de intervenção florestal» ou «ZIF» a área territorial contínua e delimitada, constituída maioritariamente por espaços florestais, submetida a um Plano de Gestão Florestal e a um Plano Específico de Intervenção Florestal e administrada por uma única entidade.

## **CAPÍTULO II – IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DA ZIF, SEDE E OBJETIVOS**

### **ARTIGO 4º. - IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO TERRITORIAL**

1. A Zona de Intervenção Florestal é identificada por ZIF de Caminha com o registo ICNF, I.P. N.º 288/15 atribuído pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF, I.P.).

2. A ZIF de Caminha, situada no concelho de Caminha, distrito de Viana do Castelo, é constituída maioritariamente por espaços florestais, que abrangem as seguintes freguesias: Argela; Caminha (Matriz) e Vilarelho; Dem; Gondar e Orbacém; Lanhelas; Moledo e Cristelo; Riba de Âncora; Seixas; Venade e Azevedo; Vila Praia de Âncora; Vilar de Mouros e Vile.





Enquadra-se na Região PROF AM e ocupa uma área de 9.792 hectares, sendo a área de floresta de 6.247 hectares.

#### **ARTIGO 5º. - SEDE**

A Sede da ZIF de Caminha será instalada em local a aprovar em Assembleia Geral.

#### **ARTIGO 6º. - OBJETIVOS**

1. A ZIF de Caminha tem como objetivos específicos:

- a) Garantir uma adequada e eficiente gestão dos espaços florestais, com a atribuição concreta de responsabilidades;
  - b) Ultrapassar os bloqueios fundamentais à intervenção florestal, nomeadamente a estrutura de minifúndio da propriedade privada;
  - c) Infraestruturar o território, tornando-o mais resiliente aos incêndios florestais, garantindo a sobrevivência dos investimentos e do património constituído;
  - d) Promover a captação de ações e recursos financeiros para a área ZIF, nomeadamente, os resultantes da intervenção da administração central e local e dos demais agentes com intervenção nos espaços florestais;
  - e) Concretizar territorialmente as orientações constantes na Estratégia Nacional para as Florestas, no plano regional de ordenamento florestal (PROF) do Alto-Minho, no plano diretor municipal (PDM), no plano municipal de defesa da floresta (PMDF);
  - f) Integrar as diferentes vertentes da política para os espaços florestais, designadamente a gestão sustentável dos espaços florestais, conservação da natureza e da biodiversidade, conservação e proteção do solo e dos recursos hídricos, desenvolvimento rural, proteção civil, fiscalidade, especialmente em regiões afetadas por agentes bióticos e abióticos e que necessitem de um processo rápido de recuperação.
2. As metas a atingir que não foram inumeradas, serão definidas depois de aprovadas no PGF e no PEIF para a ZIF.

#### **CAPÍTULO III - ADERENTES**

##### **ARTIGO 7º. - DEFINIÇÃO E ADMISSÃO DE ADERENTES**

1. Poderão ser Aderentes, todas as pessoas, singulares ou coletivas, que sejam proprietários ou outros produtores florestais, usufrutuários, superficiários, arrendatários ou quem, a qualquer título, for possuidor ou detenha a administração dos terrenos que integram os espaços florestais, independentemente da sua natureza jurídica, na área da ZIF e que tenham subscrito o requerimento para a sua criação ou que a ela venham a aderir formalmente, mediante a subscrição do documento que vier a ser adotado para esse efeito.
2. Os proprietários ou produtores florestais de um ou mais prédios rústicos situados dentro da área da ZIF e que ainda não sejam Aderentes podem solicitar a sua adesão em qualquer momento, junto da Entidade Gestora ou do Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Aderentes.
3. Verificada a conformidade do processo de adesão, pela Entidade Gestora, a adesão torna-se efetiva com a assinatura do Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Aderentes.
4. O Aderente pode-se fazer representar por outro, na Assembleia Geral de Aderentes, se devidamente mandatado nos termos da lei.

##### **ARTIGO 8º. - LISTA DE ADERENTES**

A lista de Aderentes será atualizada sempre que:

- a) Seja admitido novo Aderente;
- b) Ocorra a perda de qualidade de Aderente de algum dos já incluídos na listagem;
- c) Exista qualquer outra alteração dos dados constantes da referida listagem.

##### **ARTIGO 9º. - DIREITOS DOS ADERENTES**

1. São direitos dos Aderentes à ZIF:

- a) A regularização do regime jurídico dos seus prédios rústicos, enquanto propriedades integrantes da ZIF;
- b) O respeito pela existência dos marcos divisionais dos seus prédios rústicos;
- c) A usufruição e posse das suas propriedades;

Financiado pelo Fundo Florestal Permanente



- d) Ceder a gestão e arrendar as suas propriedades a outros produtores florestais;
- e) Escolher a forma de gestão das áreas das quais é gestor;
- f) A Informação atempada sobre as ações inerentes à execução dos planos aprovados e incidentes nas suas explorações florestais;
- g) O recebimento dos valores resultantes dos rendimentos das suas propriedades;
- h) A compensação pela cedência dos seus prédios rústicos para a instalação de infraestruturas coletivas e de interesse comum, sempre que haja perda de rendimento e na respetiva proporção, do modo que vier a ser deliberado pela Assembleia Geral de Aderentes, com a concordância do Aderente, mediante assinatura de acordo contendo as condições estabelecidas entre as partes;
- i) Deixar de ser Aderente, mediante acerto de contas relativas a benefícios obtidos apurados nos termos do estabelecido na alínea anterior;
- j) Participar ativamente nas Assembleias Gerais com direito a apresentar propostas;
- k) Recorrer à Mesa da Assembleia Geral de Aderentes de qualquer decisão tomada pela gestão da ZIF;
- l) Ser representado por outro mediante apresentação de declaração assinada pelo próprio ou outro tipo de representação legal e entregue, preferencialmente com 24 horas de antecedência, aos membros da mesa de Assembleia Geral;
- m) A informação anual, através de relatório, do resultado das atividades do ano anterior, com a discriminação da origem dos proveitos e o detalhe de todos os custos, em contas divisionárias cujo ponto de vista seja esclarecedor, acompanhado do parecer da Comissão de Fiscalização;
- n) Exercer o direito de voto;
- o) Eleger e ser eleito para os Órgãos Sociais.

#### **ARTIGO 10º. - DEVERES DOS ADERENTES**

##### **1. São deveres dos Aderentes à ZIF:**

- a) Participar ativamente na Assembleia Geral de Aderentes;
- b) Cumprir e fazer cumprir as normas por que se rege a ZIF, nomeadamente o consignado no presente Regulamento e as que vierem a ser decididas em Assembleia Geral de Aderentes;
- c) Cumprir o estabelecido no Plano de Gestão Florestal e no Plano Específico de Intervenção Florestal, sem prejuízo das responsabilidades legalmente atribuídas à Entidade Gestora;
- d) Disponibilizar o(s) seu(s) prédio(s) rústico(s) para a instalação das infraestruturas de interesse coletivo, nomeadamente para a criação das redes de defesa da floresta contra incêndios, sempre que seja essa a localização mais apropriada, de acordo com o PEIF, mediante justa compensação, a deliberar em Assembleia Geral de Aderentes, com a concordância do Aderente;
- e) Comunicar à Entidade Gestora qualquer alteração da titularidade do(s) seu(s) prédio(s) rústico(s);
- f) Comunicar à Entidade Gestora qualquer motivo que impeça o cumprimento das ações previstas no Plano de Gestão Florestal da ZIF e que interfiram com as suas explorações florestais;
- g) Respeitar e fazer respeitar as concessões e outros acordos ou contratos estabelecidos com outras entidades particulares ou coletivas, em conformidade com a legislação aplicável, relativamente a:
  - i. Águas públicas de abastecimento, águas de rega e outras águas, suas explorações, nomeadamente minas e poços, tubagens subterrâneas e caleiras, presas e depósitos de água;
  - ii. Instalações de energia eólica e de telecomunicações;
  - iii. Situações resultantes das normas estabelecidas pelos PDM existentes, bem como pelas suas futuras alterações e ou revisões;
  - iv. Atividade dos clubes de caçadores de acordo com as autorizações oportunamente concedidas;
  - v. Eventuais acordos e contratos com indústrias ou industriais de madeira;
  - vi. Outras situações não especificadas anteriormente e que se venham a verificar como fazendo parte deste princípio.
- h) Desempenhar com zelo e dedicação os cargos para que forem eleitos;
- i) Participar ativamente na vida da ZIF, comparecendo às reuniões da Assembleia Geral de Aderentes, encontros e outras reuniões, colaborando com a Entidade Gestora, trabalhando em comissões e grupos



de trabalho, colaborando nas ações e contribuindo por qualquer forma ao seu alcance para o seu prestígio;

j) Contribuir para o Fundo Comum e com o que vier a ser deliberado em Assembleia Geral;

k) Ressarcir de eventuais compensações resultantes da aplicação da alínea h) do artigo 9º que obteve enquanto integrante da ZIF, em caso de desistência injustificada, conforme qualificação e quantificação aprovada em Assembleia Geral de Aderentes;

l) Colaborar no levantamento dos limites dos seus prédios.

#### **ARTIGO 11º. - EXECUÇÃO DOS PLANOS**

1. A execução dos planos cabe aos proprietários e produtores florestais, exceto se tal responsabilidade for cometida à Entidade Gestora da ZIF, mediante acordo entre as partes ou quando, sendo desconhecido o proprietário ou produtor florestal, ou o seu paradeiro, ou ainda nos caso de incumprimento da execução pelos proprietários e produtores florestais o interesse público aconselhe o contrário, nos termos da lei.

2. A execução das operações silvícolas mínimas, constantes dos PGF, é da responsabilidade de todos os proprietários ou outros produtores florestais abrangidos pela área territorial da ZIF.

3. Nas situações em que ocorra intervenção em propriedades de que se desconheça o proprietário ou produtor florestal, ou o seu paradeiro, no âmbito da execução do PGF ou dos PEIF, a Entidade Gestora da ZIF deve efetuar a recolha e o registo das intervenções silvícolas e dos dados biométricos e manter o seu arquivo histórico, obrigando-se à prestação de informação sempre que solicitada pela entidade competente nessa matéria e pelos respetivos Aderentes.

#### **ARTIGO 12º. - MODALIDADE DE GESTÃO FLORESTAL**

1. Os Aderentes à ZIF terão de escolher uma das modalidades de gestão abaixo descritas:

a) Assumir a gestão direta das áreas das quais é gestor;

b) Conceder a gestão de todas ou parte das áreas das quais é gestor;

2. A gestão das áreas, nos termos da alínea b) do número anterior, exige o estabelecimento de acordo entre as partes.

### **CAPÍTULO IV - ÓRGÃOS SOCIAIS**

#### **ARTIGO 13º. - ÓRGÃOS SOCIAIS**

1. São Órgãos Sociais da ZIF a Mesa da Assembleia Geral de Aderentes e a Comissão de Fiscalização.

2. O exercício dos cargos dos Órgãos Sociais não é remunerado.

#### **ARTIGO 14º. - ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

1. As listas para os Órgãos Sociais devem ser subscritas no mínimo por 8 Aderentes e apresentadas até 8 dias antes do ato eleitoral ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Aderentes.

2. Os titulares dos Órgãos Sociais são eleitos por escrutínio secreto, em sistema de listas, por maioria de votos e pelo período de 3 anos.

#### **ARTIGO 15º. - CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ADERENTES**

A Assembleia Geral de Aderentes, enquanto órgão supremo da ZIF, cujas deliberações tomadas, nos termos legais e regulamentares são vinculativas, é constituída pela totalidade dos Aderentes presentes no pleno gozo dos seus direitos.

#### **ARTIGO 16º.- COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA GERAL DE ADERENTES**

1. A Assembleia Geral de Aderentes tem como competências:

a) Eleger e destituir os titulares dos Órgãos Sociais;

b) Deliberar sobre o modo de votação e a diferenciação dos votos por Aderente atendendo à superfície dos respetivos prédios na ZIF;

c) Fixar a quota dos Aderentes e outras formas de contribuição que irão constituir receitas do Fundo Comum;

d) Apreciar e validar o PGF e o PEIF da ZIF, entre outros;

e) Aprovar as alterações ao Regulamento, em conformidade com as que vierem a ser propostas;

f) Apreciar e aprovar o plano de atividades e o orçamento do exercício seguinte apresentado pela Entidade Gestora;



- g) Apreçar e aprovar o relatório e contas relativos ao exercício anterior, também apresentado pela Entidade Gestora;
- h) Deliberar sobre a intervenção silvícola indispensável a realizar nos termos legais em prédios de que se desconheçam os respetivos proprietários ou o seu paradeiro, no âmbito da execução do PGF ou PEIF;
- i) Deliberar sobre quaisquer assuntos em relação aos quais a Assembleia Geral de Aderentes se tenha de pronunciar, nos termos do Regulamento e de outros que lhe sejam submetidos para apreciação pelos Órgãos Sociais e/ou pelos Aderentes;
- j) Substituir a Entidade Gestora;

#### **ARTIGO 17.º - CONVOCAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ADERENTES**

1. A convocatória para a realização das Assembleias Gerais é feita por intermédio da publicação, com a antecedência mínima de 20 dias:
  - a) No edital referido na alínea s) do artigo 21.º;
  - b) No site da internet e na sede da Entidade Gestora e nos locais de estilo das freguesias integrantes da ZIF.
2. A Assembleia Geral de Aderentes reúne:
  - a) Ordinariamente até final de Dezembro para análise e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o exercício seguinte;
  - b) Ordinariamente até ao final de Março, para apreciação e votação do Relatório e Contas da ZIF do exercício anterior;
  - c). Trienalmente, para eleição dos titulares dos Órgãos Sociais e;
  - d) Extraordinariamente quando convocada pelo Presidente da Mesa, por sua iniciativa, a pedido da Entidade Gestora ou da Comissão de Fiscalização e ainda quando requerida por Aderentes que representem, pelo menos, 10% da área total da ZIF;
3. A eleição dos titulares dos Órgãos Sociais, na altura em que tiver de ser efetuado, poderá ser feita aproveitando a realização da Assembleia Geral de Aderentes referida na alínea a) e b) do número anterior.
4. A Assembleia Geral de Aderentes, ordinária ou extraordinária, só poderá funcionar em primeira convocatória, validamente, se à hora marcada estiverem presentes, mais de metade dos Aderentes com direito a voto. Porém, se à hora marcada, não houver número suficiente de Aderentes, esta realizar-se-á 30 minutos depois, em segunda convocatória, com os presentes.
5. A Assembleia Geral de Aderentes extraordinária se requerida por um grupo de Aderentes, só poderá funcionar desde que nela estejam presentes, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos requerentes.

#### **ARTIGO 18.º - VOTAÇÃO**

1. Têm direito a voto todos os Aderentes que estejam no pleno gozo dos seus direitos;
2. O Aderente pode-se fazer representar por outro, na Assembleia Geral de Aderentes, se devidamente mandatado nos termos da lei.
3. Nas eleições dos Órgãos Sociais, o direito de voto é exercido por escrutínio secreto;
4. É obrigatória a aprovação em Assembleia-geral de Aderentes por mais de 50% (cinquenta por cento) do universo dos proprietários e produtores florestais Aderentes e deter, em conjunto, pelo menos metade da área florestal da ZIF para:
  - a) Substituir a Entidade Gestora;
  - c) Extinguir a ZIF.
5. A alteração do presente Regulamento deve ser aprovada por maioria qualificada de 2/3 dos presentes em Assembleia Geral de Aderentes.
6. Exige aprovação por maioria relativa dos presentes em Assembleia Geral de Aderentes:
  - a) A alteração ou aprovação do plano anual de atividades, o orçamento para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas relativos ao exercício anterior a apresentar pela Entidade Gestora.
  - b) Qualquer outra votação para o funcionamento da ZIF.
7. Em função da área de adesão, cada Aderente terá direito ao número de votos constantes na tabela seguinte.





Área Aderente (A) hectares	Nº. de Votos	Área Aderente (A) hectares	Nº. de Votos
A < 3ha	1	100>A>200	7
3>A>10	2	200>A>300	8
10>A>20	3	300>A>400	9
20>A>50	4	400>A>500	10
50>A>75	5	500>A>600	11
75>A>100	6	600>A	12

8. São considerados nulos os votos cuja integridade se mostre violada.

#### **ARTIGO 19º. - MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ADERENTES**

1. A Mesa da Assembleia Geral de Aderentes é constituída por três membros efetivos: um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.
2. É da competência da Mesa da Assembleia Geral de Aderentes:
  - a) Elaborar a convocatória e a ordem de trabalhos da Assembleia Geral de Aderentes;
  - b) Convocar a Assembleia Geral de Aderentes;
  - c) Dirigir e coordenar os trabalhos da Assembleia Geral de Aderentes;
  - d) Elaborar e publicitar as atas;

#### **ARTIGO 20º. - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO**

1. A Comissão de Fiscalização é constituída por cinco membros: um Presidente, um Vogal, um Relator e dois Suplentes.
2. O Presidente será substituído pelo Vogal e este pelo Relator, nas suas ausências, ou impedimentos.
3. Se a ausência ou impedimento, de cada um deles, for prolongada, recorrer-se-á ao processo eleitoral, para se efetuar a sua substituição.
4. Os membros da Comissão de Fiscalização só poderão ser eleitos entre os Aderentes da ZIF e nenhum poderá ter laços de afinidade ou parentesco, na linha reta ou colateral até ao 2.º grau, com qualquer elemento que faça parte ou desempenhe funções na Entidade Gestora.
5. São competências da Comissão de Fiscalização:
  - a) Analisar e emitir parecer, a ser apresentado em Assembleia Geral de Aderentes, sobre o relatório e contas da ZIF e seus resultados;
  - b) Emitir parecer escrito sobre qualquer assunto que lhe seja suscitado pela Entidade Gestora ou pela Mesa da Assembleia Geral;
  - c) Assistir, sem direito a voto, às reuniões da Entidade Gestora da ZIF, por intermédio de qualquer um dos seus membros.

### **CAPÍTULO V - ENTIDADE GESTORA**

#### **ARTIGO 21º. - IDENTIFICAÇÃO E RESPONSABILIDADES**

A Entidade Gestora é indigitada em sede de Consulta Pública pelo Núcleo Fundador da ZIF.

1. É da responsabilidade da Entidade Gestora:
  - a) Promover a gestão profissional conjunta das propriedades que integram a ZIF;
  - b) Promover a concertação dos interesses dos proprietários e produtores florestais Aderentes;
  - c) Elaborar os elementos estruturantes definidos no artigo 14º do D.L. n.º 127/2005, de 5 de Agosto com a redação dada pelo D. L. n.º 15/2009, de 14 de Janeiro, Declaração de retificação n.º 10/2009, de 9 de Fevereiro e alterações introduzidas pelo D. L. n.º 2/2011 de 6 de Janeiro, bem como proceder à sua publicitação;
  - d) Elaborar e promover a execução do PGF;
  - e) Elaborar e executar ou garantir a execução do PEIF;
  - f) Cumprir as regras e procedimentos estabelecidos no Regulamento de funcionamento da ZIF;
  - g) Promover a aplicação da legislação florestal na área territorial da ZIF;
  - h) Recolher, organizar e divulgar os dados e informações relevantes da ZIF;
  - i) Promover a regularização do inventário da estrutura da propriedade na ZIF e a regularização dos respetivos elementos de registo;

Financiado pelo Fundo Florestal Permanente



- j) Garantir a coordenação de todas as atividades comuns;
- k) Colaborar com as comissões municipais ou intermunicipais de defesa da floresta contra incêndios na preparação e execução dos PMDF;
- l) Colaborar com outras entidades públicas ou privadas de idêntico âmbito territorial ou funcional;
- m) Garantir a existência e a conservação em arquivo próprio a seguinte documentação:
  - i. A submetida a consulta pública;
  - ii. Que atesta a legitimidade dos proprietários ou outros produtores que subscreveram o requerimento para a criação da ZIF;
  - iii. Resultante de alterações aos documentos anteriores, na sequência da audiência final;
  - iv. Ata da audiência final;
  - v. Elementos estruturantes da ZIF.
- n) Executar as deliberações da Assembleia Geral de Aderentes mediante cabimento financeiro do Fundo Comum ou outro;
- o) Elaborar e entregar aos Órgãos Sociais até 10 dias antes da Assembleia Geral de Aderentes, para nela serem aprovados, os seguintes documentos:
  - i. O plano de atividades e o orçamento para o ano em curso;
  - ii. O relatório e contas relativos ao ano transato;
- p) Disponibilizar os documentos referidos na alínea o), depois de aprovados, para consulta, na sede da Entidade Gestora;
- q) Constituir um Fundo Comum destinado a financiar ações geradoras de benefícios comuns e de apoio aos Aderentes, providenciando, obrigatoriamente, a abertura de uma conta bancária exclusiva para depósito de todos os fluxos financeiros da ZIF, a qual será movimentada conforme o estipulado no art.º 26º. deste Regulamento;
- r) Garantir a existência de contabilidade própria;
- s) Criar um Edital permanente e de livre acesso, a fixar junto da área da ZIF, com a informação as decisões mais importantes e de interesse geral para o funcionamento da ZIF;
- t) Apresentar candidaturas a apoios públicos, com fundos nacionais ou comunitários, aplicar os financiamentos concedidos de acordo com o contratado e, quando aplicável, repartir entre os proprietários e outros produtores florestais Aderentes à ZIF as verbas destinadas à execução das ações apoiadas.

#### **ARTIGO 22º. - SUBSTITUIÇÃO**

1. A Entidade Gestora da ZIF, pode ser substituída por iniciativa dos proprietários ou outros produtores florestais Aderentes, que têm de representar mais de 50% do universo dos proprietários e produtores florestais Aderentes e deter, em conjunto, mais de metade da superfície da área da ZIF.
2. Se a substituição for consequência da vontade própria da Entidade Gestora, a Assembleia Geral de Aderentes decidirá a nova Entidade Gestora.

#### **ARTIGO 23º. - SEDE**

A Entidade Gestora da ZIF, independentemente de onde esteja sediada, poderá criar uma dependência no concelho de Caminha.

### **CAPÍTULO VI - DESPESAS, RECEITAS, FUNDO COMUM E QUOTIZAÇÃO**

#### **ARTIGO 24º. - DESPESAS DA ZIF**

1. Constituem despesas da ZIF:
  - a) Todas as decorrentes do exercício das suas atividades de gestão florestal e de outras iniciativas, desde que tenham provimento orçamental e estejam em concordância com o presente Regulamento e as deliberações da Assembleia Geral;
  - b) As despesas que lhe forem impostas pela lei vigente.

#### **ARTIGO 25º.- RECEITAS DA ZIF**

1. Constituem receitas da ZIF e componentes do Fundo Financeiro Comum:
  - a) Quotas dos Aderentes, cujo valor será estabelecido e aprovado em Assembleia Geral;
  - b) Subsídios e instrumentos de apoio à floresta;



c) Doações ou quaisquer outros bens que sejam postos à sua disposição por Organismos Estatais, Entidades Públicas ou Privadas ou quaisquer outras Pessoas Singulares ou Coletivas.

d) As derivadas da locação de utilização das infraestruturas comuns por particulares ou organizações para fins lúdicos, turísticos ou desportivos.

#### **ARTIGO 26º. - FUNDO COMUM**

1. O Fundo Comum é criado pela Entidade Gestora e sustentado pelas receitas previstas no artigo anterior;
2. O movimento de qualquer verba incluída no Fundo Comum é da competência da Entidade Gestora;
3. Os movimentos de despesa referidos no ponto anterior devem estar contemplados no plano de atividades e no orçamento.

#### **.ARTIGO 27º. - QUOTIZAÇÃO**

1. Todos os Aderentes ficam sujeitos ao pagamento de uma quota anual, se assim deliberado em Assembleia Geral de Aderentes, de acordo com a tabela seguinte:

Área Aderente (A) hectares	Valor da Quota (€)	Área Aderente (A) hectares	Valor da Quota (€)
A < 3ha	5	100>A>200	35
3>A>10	10	200>A>300	40
10>A>20	15	300>A>400	45
20>A>50	20	400>A>500	50
50>A>75	25	500>A>600	55
75>A>100	30	600>A	60

### **CAPÍTULO VII - DURAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DA ZIF E DISPOSIÇÕES LEGAIS**

#### **ARTIGO 28º. - DURAÇÃO DA ZIF**

A Zona de Intervenção Florestal de Caminha durará por tempo indeterminado.

#### **ARTIGO 29º. - ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DA ZIF**

1. A área territorial das ZIF pode ser objeto de alteração, com uma periodicidade não inferior a um ano, mediante autorização do conselho diretivo do ICNF, I.P.;
2. As ZIF podem ser extintas, mediante requerimento, por iniciativa dos Aderentes, devendo estes representar, no mínimo, 50% do universo dos Aderentes e deter, em conjunto, pelo menos metade dos espaços florestais integrados na ZIF;
3. Em caso de incumprimento grave e reiterado das normas do PGF ou do PEIF, que inviabilize a manutenção da ZIF, ou quando se deixem de se verificar os requisitos ou condições fundamentais que justificaram a sua criação, a ZIF poderá ser extintas por decisão da entidade competente nesta matéria, nos termos da lei.
4. Em caso de dissolução:
  - a) A Entidade Gestora ficará confinada à prática dos atos necessários à ulitimação das atividades pendentes, de compromissos assumidos e de liquidação da parte do património que ficar pendente de regularização e que pertence aos proprietários Aderentes;
  - b) O património da ZIF terá o destino que lhe for traçado pela Assembleia Geral de Aderentes, em concordância com a lei vigente.

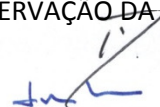
### **CAP VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **ARTIGO 30º. - DISPOSIÇÕES LEGAIS**

A ZIF reger-se-á pelas regras estabelecidas neste Regulamento e na sua falta, pelas disposições legais aplicáveis e subsidiárias.



ATA DA REUNIÃO DE CONSULTA PRÉVIA VALIDADA PELO INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA  
NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.



----- Reunião da Consulta Prévia -----

----- Zona de Intervenção Florestal de Caminha -----

---- Aos catorze dias do mês de Junho do ano de dois mil e quinze, pelas dezoito horas, deu-se início a reunião de Consulta Prévia da ZIF de Caminha, nos termos do disposto no artigo sétimo, do Decreto-lei n.º 127/2001, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelos decretos-lei n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro e 27/2014, de 18 de fevereiro. A Reunião realizou-se no auditório do Município de Caminha, com a presença de: Núcleo Fundador da Zona de Intervenção Florestal de Caminha, representado por Francisco Tobias Diogo Domingues; Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho, representada por Luís Alberto Mendes Brandão Coelho; Município de Caminha, representado pelo assessor do Vice-Presidente Arq.to Filipe Fernandes; Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), representado por Engenheiro Eduardo Silva Alves, e proprietários e/ou produtores florestais com interesse na Zona de Intervenção Florestal da ZIF de Caminha, conforme lista de presenças anexa.-----

--- Iniciada a sessão pelo Eng.º Luís Brandão Coelho, após boas vindas aos presentes, passou a palavra ao Arq.to Filipe Fernandes. Seguidamente, foi dada a palavra à Eng.ª Margarida Barbosa, técnica da Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho, que fez uma breve apresentação do trabalho da Associação, das ZIF e do seu processo de constituição, e a ZIF de Caminha.-----

Tomou novamente a palavra o Eng.º Luís Brandão Coelho abrindo o debate aos presentes. -----

Pediu a palavra o Eng.º Rui Themudo para questionar como se compatibilizava o regime de cogestão dos baldios com a adesão à ZIF. -----

Respondeu o Eng.º Eduardo Alves referindo que não há qualquer problema nessa compatibilização continuando a baldio a ser gerido nesse mesmo regime de co-gestão. -----

Financiado pelo Fundo Florestal Permanente



Financiado pelo Fundo Florestal Permanente







Nova questão foi então colocada, pelo Presidente da Freguesia de Caminha e Vilarelho, quanto à forma como se iria promover a adesão dos restantes 45% necessários para a constituição da ZIF.-----

Para responder, tomou a palavra o Eng.º Luís Brandão referindo que a estratégia terá que ser definida pelo núcleo fundador passando, com certeza, pela realização de reuniões com os possíveis aderentes, sendo que a associação seria a entidade facilitadora deste processo. -----

Tomou novamente a palavra o Presidente da Junta de Caminha e Vilarelho, referindo entender que todos os processos, que trazem ordenamento e gestão conjunta, tem vantagens e que, nesse sentido, iria promover uma reunião na sua freguesia. Concluiu referindo que em tese lhes parecia um projeto com interesse. -----

Solicitou a palavra o Presidente da Freguesia de Seixas, referindo aguardar a realização de uma reunião na freguesia de Seixas e manifestando preocupação com a ausência atual de limpeza dos montes pelos privados. Continuou informando das intervenções realizadas e do seu apoio à reorganização dos proprietários, tendo dúvidas na forma de comunicação com os mesmos. -----

Respondeu o Eng.º Eduardo Alves salientando que, independentemente da forma, tem de se conseguir o envolvimento dos futuros aderentes, uma vez que, a ZIF será dos mesmos, assim como, os seus documentos estruturantes. -----

Foi dada então a palavra à Presidente da Freguesia de Lanhelas que questionou se a ZIF não seria apenas uma figura jurídica, em que as pessoas continuarão a não fazer nada e a ficar tudo por fazer.-----

O Eng.º Luís Brandão respondeu referindo que a ZIF, pelo contrário, é uma organização informal, sem figura jurídica, havendo a expectativa de que esta possa dar motivação de investimento aos produtores florestais. Os aderentes é que vão definir e determinar o ritmo e caminho a seguir. -----

Para terminar, o Sr. Tobias Domingues, na qualidade de representante do núcleo fundador, agradeceu a presença de todos, deixando a mensagem das mais valias que uma ZIF poderia trazer para o território. -----

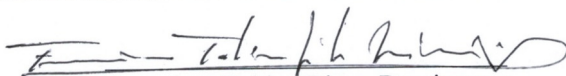
Financiado pelo Fundo Florestal Permanente



---- Nada mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião às vinte horas da qual, para constar se lavrou a presente ata. -----

Caminha, 14 de Junho de 2015 -----

Eu, abaixo assinado, Francisco Tobias Diogo Domingues, em representação do núcleo fundador, tendo delegado na APFVM todos os trâmites da apresentação e redação da ata da consulta prévia da ZIF de Caminha, subescrevo-a e submeto-a à validação do ICNF, representado pelo Engº Eduardo Silva Alves, presente na reunião em cumprimento do disposto no n.º 5 do artº 7º do Decreto-lei nº 127/2001, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelos decretos-lei n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro e 27/2014, de 18 de fevereiro. -----



Francisco Tobias Diogo Domingues  
Representante do Núcleo Fundador da ZIF de Caminha

Eu, Eduardo Silva Alves, na qualidade de representante do ICNF, nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 7º do Decreto-lei nº 127/2001, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelos decretos-lei n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro e 27/2014, de 18 de fevereiro, confirmo a autenticidade da presente ata que constitui reprodução de tudo quanto se passou na reunião de consulta prévia da ZIF de Caminha, assim a validando.-----



Eduardo Silva Alves  
Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

EDUARDO ALVES  
Chefe Divisão de Licenciamento  
e Avaliação de Projetos

Financiado pelo Fundo Florestal Permanente



Financiado pelo Fundo Florestal Permanente

